ISSN: 2358-8829

O DIREITO DE SER COMPREENDIDO: BARREIRAS COMUNICACIONAIS ENFRENTADAS POR PESSOAS SURDAS NOS SERVIÇOS DE SAÚDE EM APODI – RN

Maria Vivian Pinto de Oliveira [1]
Francisco Ebson Gomes-Sousa[2]

INTRODUÇÃO

A comunicação constitui um elemento fundamental para a qualidade da assistência em saúde, pois permite que os pacientes expressem suas necessidades, relatem sintomas, compreendam orientações e participem das decisões relacionadas ao próprio tratamento. Nesse contexto, a acessibilidade comunicacional representa uma condição indispensável para a garantia de um atendimento humanizado, seguro e equitativo. Entretanto, para as pessoas surdas, o acesso aos serviços de saúde ainda pode ser marcado por obstáculos que dificultam a interação com os profissionais e comprometem a compreensão das informações fornecidas durante as consultas e os demais procedimentos assistenciais.

As barreiras comunicacionais enfrentadas pela população surda estão relacionadas, entre outros fatores, à ausência de profissionais capacitados em Língua Brasileira de Sinais (Libras), à insuficiência de recursos acessíveis e à utilização de estratégias de comunicação que nem sempre correspondem às necessidades linguísticas dos pacientes. Embora algumas pessoas surdas utilizem a leitura labial, a escrita ou outros recursos para se comunicar, essas estratégias não substituem, necessariamente, o acesso à sua língua de preferência. Dessa maneira, quando os serviços de saúde não oferecem condições adequadas de comunicação, o atendimento pode se tornar limitado,

[1] Graduada em Licenciatura em Letras Libras e Bolsista do Programa de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), maria.oliveira01221@alunos.ufersa.edu.br;

[2] Professor Doutor no ensino de Libras do Departamento de Linguagens e Ciências Humanas (DLCH) da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), ebson.gomes@ufersa.edu.br.

dificultando a expressão das queixas, a compreensão das orientações médicas e o estabelecimento de uma relação de confiança entre pacientes e profissionais.

No Brasil, a Libras foi reconhecida como meio legal de comunicação e expressão por meio da Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que representa um marco importante para o reconhecimento dos direitos linguísticos da comunidade surda (Brasil, 2002). Posteriormente, o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, regulamentou essa legislação e estabeleceu disposições relacionadas à difusão da Libras e à formação de profissionais para promover a acessibilidade (Brasil, 2005). Além disso, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, reforça a importância da acessibilidade e da eliminação de barreiras que impeçam a participação plena das pessoas com deficiência na sociedade (Brasil, 2015). Esses instrumentos legais contribuem para a compreensão da acessibilidade comunicacional como uma dimensão dos direitos das pessoas surdas, inclusive no acesso aos serviços públicos de saúde.

Apesar dos avanços legais, a existência de normas não garante, por si só, que a comunicação acessível esteja efetivamente presente em todos os espaços de atendimento. Na prática, a ausência de profissionais que conheçam Libras e a indisponibilidade de serviços de tradução e interpretação podem fazer com que pacientes surdos dependam de familiares, acompanhantes ou de gestos improvisados para transmitir informações relacionadas à sua saúde. Essa dependência pode limitar a autonomia do paciente, dificultar a preservação da privacidade e comprometer a comunicação de informações importantes, especialmente em situações que exigem precisão, como a descrição de sintomas, o histórico clínico, as alergias, o uso de medicamentos e as orientações sobre procedimentos e tratamentos.

Essa problemática torna-se particularmente relevante quando analisada no contexto dos serviços de saúde de Apodi, município localizado no estado do Rio Grande do Norte. As dificuldades de comunicação entre pessoas surdas e profissionais da saúde constituem uma questão que merece atenção, uma vez que o acesso aos serviços não deve ser compreendido apenas como a possibilidade de ingressar em uma unidade de atendimento, mas também como a garantia de condições para compreender as informações, expressar necessidades e receber orientações de maneira acessível. Nesse sentido, investigar a realidade local permite discutir como as barreiras comunicacionais se manifestam no cotidiano dos atendimentos e quais consequências podem produzir para a população surda.

A ausência de acessibilidade linguística pode interferir diretamente na qualidade da assistência prestada. Quando o profissional não compreende adequadamente as informações apresentadas pelo paciente, existe a possibilidade de ocorrerem falhas na identificação de sintomas, dificuldades na coleta do histórico clínico e limitações na transmissão de orientações relacionadas ao diagnóstico e ao tratamento. Da mesma forma, quando o paciente não compreende as explicações fornecidas, pode apresentar dificuldades para seguir as recomendações, utilizar medicamentos corretamente ou reconhecer sinais que indiquem a necessidade de procurar novamente o serviço de saúde. Embora essas consequências dependam das circunstâncias de cada atendimento, elas evidenciam a importância de uma comunicação clara, acessível e compatível com as necessidades linguísticas de cada pessoa.

Além dos possíveis prejuízos à assistência, as barreiras comunicacionais também podem produzir sentimento de insegurança, constrangimento e dependência. A impossibilidade de estabelecer uma comunicação direta com os profissionais pode fazer com que algumas pessoas surdas se sintam excluídas do próprio processo de cuidado, especialmente quando suas necessidades são interpretadas por terceiros ou quando não recebem explicações suficientes sobre os procedimentos realizados. Essa situação evidencia que a acessibilidade comunicacional não se restringe à transmissão de informações, mas envolve o respeito à autonomia, à privacidade, à dignidade e à participação ativa do paciente nas decisões relacionadas à sua saúde.

Diante dessa realidade, torna-se necessário ampliar as discussões sobre a inclusão das pessoas surdas nos serviços de saúde, considerando as especificidades linguísticas e comunicacionais que caracterizam essa população. A promoção de um atendimento acessível exige a identificação dos obstáculos presentes nas instituições, a valorização da Libras, a preparação dos profissionais e a disponibilização de recursos que possibilitem uma comunicação efetiva. Essas medidas são importantes para reduzir desigualdades no acesso à assistência e contribuir para que as pessoas surdas sejam atendidas com respeito, segurança e equidade.

Dessa forma, este artigo tem como objetivo compreender as experiências vivenciadas pelas pessoas surdas durante o atendimento em instituições de saúde no município de Apodi/RN, identificando as principais dificuldades de comunicação enfrentadas na interação com os profissionais da saúde e as estratégias utilizadas para superar esses obstáculos, a investigação justifica-se pela necessidade de compreender

como a ausência de acessibilidade linguística pode comprometer a qualidade do atendimento, dificultar a expressão de sintomas e necessidades e limitar a compreensão das orientações relacionadas ao diagnóstico e ao tratamento, além disso, busca-se evidenciar a importância de uma comunicação acessível para a garantia de um atendimento inclusivo, humanizado e respeitoso, contribuindo para a reflexão sobre as barreiras que ainda dificultam o acesso da comunidade surda aos serviços de saúde e para o reconhecimento de estratégias que favoreçam a efetivação do direito à saúde.

METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como descritiva e exploratória, na perspectiva da pesquisa-ação (Gil, 2008), e busca compreender e analisar as experiências e percepções das pessoas surdas acerca da qualidade do atendimento médico-hospitalar no município de Apodi/RN, considerando as dificuldades de comunicação e as barreiras de acessibilidade linguística presentes nos serviços de saúde.

A coleta de dados com os participantes surdos foi realizada no dia 5 de janeiro de 2026, no Núcleo Terapêutico Aurora, em Apodi/RN, com a participação de sete pessoas surdas pertencentes à comunidade surda do município e atuantes nos movimentos de inclusão. O contato inicial ocorreu por meio da rede social Instagram, a partir da comunicação com um integrante da comunidade surda local, vinculado ao Núcleo Terapêutico Aurora.

Por intermédio desse contato, foi possível estabelecer comunicação com Valéria Silva, responsável pelo núcleo e diretora da Associação de Pessoas com Deficiência de Apodi/RN (APDA), com quem foram alinhados os procedimentos necessários para a realização da pesquisa. Posteriormente, foi realizado contato direto com a responsável pela instituição, em conjunto com o Sr. Jaylton Édney, mestre em Educação Profissional e Tecnológica, neuropsicopedagogo e graduando em Letras Libras, que desenvolve atividades de psicopedagogia voltadas a estudantes surdos no núcleo. Após a autorização, foi disponibilizado um espaço adequado para a realização da coleta de dados.

Para a obtenção das informações, foram utilizados questionários estruturados, aplicados individualmente, além de materiais de apoio, como prancheta e lápis para o registro das respostas, mediante o consentimento dos participantes. Foram elaborados

dois questionários, sendo um destinado às pessoas surdas e outro aos profissionais da saúde.

O instrumento direcionado à comunidade surda foi apresentado de maneira bilíngue pela pesquisadora e por colaboradores da APDA, buscando garantir a acessibilidade durante a coleta das informações. Esse questionário foi organizado em três partes: a primeira abordou o perfil dos participantes, considerando idade, gênero, escolaridade e formas de comunicação utilizadas; a segunda investigou as experiências de atendimento e a comunicação com os profissionais da saúde, especialmente em Apodi/RN, contemplando a frequência de utilização dos serviços, o conforto linguístico durante a comunicação, a necessidade de acompanhamento e a avaliação geral do atendimento recebido; e a terceira parte tratou das principais barreiras e dificuldades enfrentadas, incluindo as necessidades relacionadas à presença de profissionais com conhecimento em Libras e as sugestões para melhorar a comunicação e a qualidade do atendimento nos hospitais e demais serviços de saúde.

O questionário destinado aos profissionais da saúde foi estruturado em quatro partes. A primeira investigou o perfil dos participantes, considerando o cargo ou a função desempenhada, o tempo de atuação na instituição e a área profissional. A segunda abordou as experiências desses profissionais no atendimento a pacientes surdos, buscando identificar a ocorrência e a frequência desses atendimentos, bem como as dificuldades enfrentadas na compreensão das necessidades dos pacientes e no processo de diagnóstico.

A terceira parte investigou as estratégias de comunicação utilizadas durante o atendimento, como escrita, leitura labial, gestos improvisados, apoio de familiares, presença de intérpretes de Libras e outras alternativas. Também foram consideradas a percepção dos profissionais sobre a eficácia dessas estratégias e a utilização de tecnologias assistivas para facilitar a comunicação.

Por fim, a quarta parte abordou a capacitação e o preparo profissional, incluindo informações sobre a oferta de treinamentos pela instituição, a participação anterior em cursos de Libras, o nível de segurança para atender pessoas surdas e o interesse em participar de cursos básicos de Língua Brasileira de Sinais.

O desenvolvimento da pesquisa envolveu etapas de planejamento, elaboração dos instrumentos, articulação institucional, organização dos recursos didáticos e realização de uma formação voltada aos profissionais da saúde. Inicialmente, foram definidos o tema e

os objetivos do estudo, elaborado o projeto de extensão e realizados os primeiros contatos com a direção hospitalar para verificar a possibilidade de execução da proposta.

Paralelamente, foram construídos os questionários destinados às pessoas surdas e aos profissionais da saúde. Em seguida, iniciou-se a articulação com o Núcleo de Educação Permanente (NEP) do Hospital Regional de Apodi/RN, onde se pretendia realizar as atividades. Após reuniões de alinhamento e diante da impossibilidade de execução da proposta nessa unidade, as atividades de formação foram direcionadas à Unidade Básica de Saúde (UBS) do Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (CAIC). O processo de autorização envolveu contato formal com a Secretaria Municipal de Saúde de Apodi/RN, cuja gestão validou o projeto sob as condições de gratuidade das atividades e autonomia para sua realização.

A proposta inicial da pesquisa consistia em compreender as condições de acessibilidade comunicacional nos serviços de saúde de Apodi/RN, especialmente no atendimento às pessoas surdas. A partir das respostas obtidas nos questionários aplicados à comunidade surda e aos profissionais da saúde, principalmente aqueles vinculados ao Hospital Regional de Apodi/RN, surgiu a proposta de desenvolver uma formação básica em Libras direcionada aos profissionais da área. Essa iniciativa também foi relacionada à formação docente da pesquisadora no curso de Licenciatura em Letras Libras da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), em conjunto com seu orientador, com o propósito de contribuir para a melhoria da comunicação entre os profissionais da saúde e os pacientes surdos.

Para a realização da formação, foram organizados recursos didáticos e tecnológicos específicos para o contexto da saúde. Os materiais foram elaborados com base em pesquisas bibliográficas e sistematizados na plataforma Canva. Durante as aulas, foram utilizados um notebook e a transmissão de conteúdo visual por meio de cabo HDMI conectado ao aparelho de televisão da UBS, favorecendo a visualização dos sinais apresentados.

As atividades ocorreram em uma sala climatizada, proporcionando conforto aos participantes. O curso de extensão foi cadastrado na UFERSA sob o número CR011-2026, com o título Saúde sem barreiras: acessibilidade comunicacional para surdos no hospital de Apodi/RN, sob a supervisão do Prof. Dr. Francisco Ebson Gomes-Sousa. A formação teve duração de cinco semanas, com encontros presenciais às terças-feiras. Foram registradas inicialmente 23 inscrições, além de uma procura adicional após o

encerramento do período de inscrições. Embora o Hospital Regional de Apodi/RN tenha sido considerado inicialmente como local para a realização do curso, por ser uma unidade de referência na procura por serviços de saúde, as atividades foram direcionadas à UBS CAIC diante da impossibilidade de execução da proposta no hospital.

REFERENCIAL TEÓRICO

A Língua Brasileira de Sinais (Libras) constitui um elemento fundamental para a comunicação, a autonomia e a inclusão social das pessoas surdas. A deficiência auditiva e a surdez correspondem à perda total ou parcial da audição, podendo apresentar origem congênita ou adquirida ao longo da vida, em decorrência de lesões, infecções, traumas ou outros fatores que afetam o sistema auditivo (Santos, 2016). Essa condição pode influenciar a comunicação e a interação social, tornando necessária a adoção de recursos que garantam a acessibilidade e a participação das pessoas surdas nos diferentes espaços sociais.

A Libras é uma língua de modalidade visual-espacial, articulada por meio das mãos, das expressões faciais e dos movimentos corporais, possuindo estrutura gramatical própria e os elementos linguísticos necessários à expressão de ideias, sentimentos e conceitos. Conforme o Ministério da Educação, “a Língua Brasileira de Sinais é uma língua visual-espacial, articulada através das mãos, das expressões faciais e do corpo. É uma língua natural usada pela comunidade surda brasileira” (Brasil, 2004, p. 16-17). Dessa forma, seu reconhecimento como língua legítima é essencial para a valorização da identidade linguística e cultural da comunidade surda e para a garantia de condições adequadas de comunicação e participação social.

Historicamente, o reconhecimento das línguas de sinais esteve relacionado a processos de enfrentamento à exclusão linguística, especialmente no contexto educacional. Gesser (2009, p. 38) destaca que, embora a língua legítima dos surdos tenha sido banida das instituições educacionais em diferentes momentos, as pessoas surdas continuaram a utilizá-la entre si. Esse contexto evidencia a resistência da comunidade surda na preservação de sua língua e reforça a importância de reconhecer a Libras como elemento constitutivo de sua identidade. Nesse sentido, a valorização dessa língua está diretamente relacionada à garantia dos direitos linguísticos e à construção de práticas inclusivas nos diferentes espaços sociais.

No âmbito educacional, o reconhecimento da Libras também fundamenta a perspectiva da educação bilíngue para surdos, considerando a importância da língua de sinais nos processos de ensino e aprendizagem. A Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, reconhece a Libras como meio legal de comunicação e expressão das pessoas surdas no Brasil, enquanto o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, regulamenta essa legislação e estabelece disposições relacionadas à difusão da Libras na educação e em outros contextos sociais (Brasil, 2002, 2005). Esse conjunto normativo representa um avanço no reconhecimento dos direitos linguísticos da comunidade surda, contribuindo para a valorização da diversidade linguística e para a promoção de condições de inclusão.

Entretanto, a garantia desses direitos não deve se restringir ao ambiente escolar. A acessibilidade comunicacional precisa estar presente nos diferentes serviços e espaços públicos, especialmente naqueles considerados essenciais à dignidade humana. Chaveiro (2008, p. 582) ressalta que "é necessário um despertar nas políticas de inclusão social sobre o real e verdadeiro papel da acessibilidade dos surdos, além dos espaços educacionais, devendo eles ser estendidos a qualquer serviço público, considerado essencial para a dignidade humana". Essa reflexão evidencia que a inclusão das pessoas surdas exige medidas que ultrapassem o reconhecimento formal da Libras, alcançando as condições concretas de comunicação, autonomia e participação nos serviços oferecidos à população.

Na área da saúde, a acessibilidade comunicacional é indispensável para assegurar que a pessoa surda compreenda as informações fornecidas pelos profissionais e consiga expressar suas necessidades. O artigo 25 do Decreto nº 5.626/2005 estabelece disposições relacionadas ao atendimento à saúde das pessoas surdas, enquanto a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146/2015, integra o conjunto de normas relacionadas à garantia dos direitos das pessoas com deficiência (Brasil, 2005, 2015). Nesse contexto, a comunicação acessível constitui uma condição necessária para um atendimento humanizado, seguro e compatível com as necessidades do paciente surdo.

A ausência de comunicação adequada entre pessoas surdas e profissionais da saúde representa uma barreira à qualidade da assistência. Segundo Chaveiro e Barbosa (2005, p. 419), "a barreira de comunicação é verificada na interação entre surdos e profissionais de saúde, portanto, torna-se indispensável que ambos encontrem formas de interagir para garantir uma assistência de melhor qualidade". Essa dificuldade pode comprometer a compreensão das informações, a identificação dos sintomas e o

entendimento das orientações relacionadas ao diagnóstico e ao tratamento. Nessa perspectiva, Chaveiro, Barbosa e Porto (2008, p. 5) destacam que as barreiras de comunicação entre o paciente surdo e o profissional de saúde podem colocar em risco a assistência prestada, prejudicando o diagnóstico e o tratamento.

A comunicação acessível também está relacionada à continuidade do cuidado e à confiança da pessoa surda nos serviços de saúde. Páscoa (2009, p. 2) ressalta que, quando a comunicação entre o paciente surdo e o profissional de saúde não é satisfatória, pode haver afastamento dos serviços de saúde. De maneira semelhante, Santos e Shiratori (2004, p. 69) afirmam que o bloqueio comunicacional constitui um dos grandes obstáculos enfrentados pela comunidade surda ao procurar assistência, destacando a necessidade de um atendimento integral que respeite suas crenças, seus valores e suas diferenças. Assim, a dificuldade de comunicação não se limita à compreensão de informações, mas também pode afetar a segurança, a autonomia e a relação entre o paciente e os profissionais.

Diante desse cenário, a presença de tradutores e intérpretes de Libras, assim como a capacitação dos profissionais de saúde para a comunicação com pessoas surdas, constitui uma medida importante para reduzir as barreiras comunicacionais. Quando os serviços não dispõem de recursos acessíveis ou de profissionais preparados, o paciente pode encontrar dificuldades para relatar sintomas, esclarecer dúvidas e compreender as orientações recebidas. Por isso, promover a acessibilidade comunicacional nos serviços públicos de saúde é fundamental para garantir o respeito aos direitos linguísticos, a autonomia das pessoas surdas e a igualdade no acesso à assistência.

Desse modo, a inclusão da comunidade surda nos serviços públicos requer o reconhecimento da Libras como língua legítima, o respeito à diversidade linguística e a implementação de condições efetivas de acessibilidade. No contexto da saúde, essas medidas são essenciais para que o atendimento seja compreensível, humanizado e seguro, assegurando que as pessoas surdas possam participar das decisões relacionadas ao próprio cuidado e exercer plenamente seu direito à saúde.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da pesquisa evidenciam dificuldades significativas na comunicação entre pessoas surdas e profissionais da saúde nos serviços de atendimento do município

de Apodi/RN. O principal resultado identificado foi a presença de barreiras comunicacionais que comprometem a interação entre pacientes surdos e profissionais, especialmente diante da ausência de intérpretes de Língua Brasileira de Sinais (Libras) e da falta de capacitação dos profissionais para o atendimento dessa população.

A pesquisa contou com a participação de sete pessoas surdas, com idades entre 18 e 32 anos. Quanto à escolaridade, 57% possuíam ensino médio completo, enquanto 14% tinham ensino superior, 14% ensino fundamental e 14% não possuíam escolaridade. Também participaram 23 profissionais da saúde, sendo 13 técnicos de enfermagem, seis enfermeiros e quatro profissionais distribuídos entre as áreas de agente de saúde, nutrição, terapia ocupacional e setor administrativo. Em relação à formação, oito possuíam ensino superior em andamento, seis ensino superior completo, seis ensino médio completo e três especialização em nível de pós-graduação. Quanto ao tempo de atuação na saúde em Apodi, 11 profissionais trabalhavam entre um e cinco anos, sete possuíam menos de um ano de experiência e cinco atuavam há mais de cinco anos.

No que diz respeito às formas de comunicação, a Libras foi identificada como o principal meio utilizado pelos participantes surdos, correspondendo a 71% da amostra. Também foram mencionados os sinais caseiros (29%) e a combinação entre Libras e leitura labial (14%). Entretanto, durante os atendimentos em saúde, a comunicação ocorre, frequentemente, sem a presença de intérpretes, levando os pacientes surdos a recorrerem a gestos improvisados (57%) ou à mediação de terceiros (29%). Essas estratégias dificultam a troca precisa de informações, sobretudo na descrição de sintomas, na compreensão de diagnósticos e no recebimento de orientações sobre tratamentos.

Essa dificuldade também é evidenciada pelo conhecimento limitado dos profissionais sobre a Libras: 15 declararam não possuir conhecimento da língua, enquanto oito relataram algum nível básico. Além disso, nenhum profissional se considerou totalmente preparado para atender pessoas surdas, sendo que 17 afirmaram não estar preparados e seis se consideraram parcialmente preparados. Esses dados demonstram uma fragilidade na formação profissional e nas condições de acessibilidade comunicacional oferecidas pelos serviços de saúde.

Em relação à utilização dos serviços hospitalares, 57% dos participantes surdos relataram ter procurado o hospital entre duas e cinco vezes, 14% informaram mais de cinco atendimentos e outros 14% relataram apenas uma utilização. Apesar dessa experiência com os serviços, 86% afirmaram não se sentir confortáveis durante a

comunicação no ambiente hospitalar. Esse resultado chama a atenção porque, embora 86% considerem o atendimento bom e 100% afirmem receber atendimento prioritário, a experiência positiva em outros aspectos não elimina as dificuldades de comunicação enfrentadas durante a assistência.

Quanto às barreiras e aos desafios encontrados, todos os participantes surdos apontaram dificuldades relacionadas à comunicação, destacando a falta de intérpretes de Libras e a ausência de profissionais que dominem a língua. Também foram relatadas dificuldades para compreender os diagnósticos e as informações fornecidas pelos profissionais, o que pode comprometer o entendimento das orientações e a segurança do paciente. Dessa forma, os resultados demonstram que a ausência de acessibilidade comunicacional representa um obstáculo à realização de um atendimento efetivamente inclusivo.

Diante desse cenário, os participantes surdos e os profissionais da saúde reconheceram a necessidade de melhorias na comunicação durante os atendimentos, com destaque para a disponibilização de intérpretes de Libras e a capacitação dos profissionais por meio de cursos básicos da língua. A disposição para a formação também foi identificada entre os profissionais, dos quais 21 demonstraram interesse em participar de capacitações nessa área.

Portanto, os resultados evidenciam que o principal desafio enfrentado pela população surda nos serviços de saúde de Apodi/RN está relacionado às barreiras comunicacionais, que dificultam a interação com os profissionais e a compreensão das informações sobre o próprio cuidado. A ausência de intérpretes e a insuficiência de conhecimentos em Libras reforçam a necessidade de estratégias que promovam uma comunicação acessível, segura e humanizada, contribuindo para a autonomia das pessoas surdas e para a garantia de seu direito à saúde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados revelam barreiras significativas na comunicação entre profissionais da saúde e pessoas surdas no município de Apodi/RN. Embora a Libras seja o principal meio de comunicação da comunidade surda local, a maioria dos profissionais declarou nível zero de proficiência na língua e nenhum se considera totalmente preparado para o atendimento. Consequentemente, as interações dependem de estratégias improvisadas

como: gestos, leitura labial e intermediação familiar, o que compromete a precisão e a segurança no compartilhamento de diagnósticos e sintomas. Curiosamente, embora os surdos classifiquem o atendimento como bom, a grande maioria relata desconforto no ambiente hospitalar, demonstrando que a percepção de qualidade não anula a urgência de uma comunicação eficaz e humanizada.

A partir desse diagnóstico, a pesquisa articulou-se com o curso de Licenciatura em Letras Libras da UFERSA para ofertar um curso básico de Libras voltado aos profissionais da saúde, integrando ensino, pesquisa e extensão. A intervenção não apenas evidenciou as lacunas existentes, mas também promoveu a sensibilização e a formação inicial dos participantes. Conclui-se que a acessibilidade comunicacional é indispensável para assegurar o direito à saúde e a equidade no atendimento. Para tanto, ressalta-se a necessidade de políticas públicas institucionais que incentivem a formação continuada das equipes e garantam a presença de intérpretes nos serviços de saúde, fornecendo subsídios para o planejamento de gestores locais.

Palavras-chave: Surdo, Libras, Acessibilidade Comunicacional, Serviço de Saúde, Inclusão.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº. 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa 13 do Brasil, Brasília, DF, 25 abril2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acesso em: 10 outubro. 2025;

BRASIL. **Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20152018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 10 outubro. 2025;

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Diário Oficial da União (Brasília, DF), 23 de dezembro de 2005.

BRASIL. **Lei n° 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, DF, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial (SEESP). **Língua Brasileira de Sinais (Libras)**: documento oficial. Brasília, DF: MEC, SEESP, 2004.

CHAVEIRO, N.; BARBOSA, M. A.: PORTO, C.C. Revisão de literatura sobre o atendimento ao paciente surdo pelos profissionais da saúde. **Rev. Esc. Enferm**. USP, São Paulo, v. 42, n. 3, set. 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

PÁSCOA, Francisca Roberta Barros. QUEIROZ, Ana Paula Oliveira. ROCHA, Elaine da Silva Nunes. LIMA, Francisca Elisângela Teixeira. Importância da Linguagem de Sinais para Assistência à saúde dos pacientes Surdos: Estudo Bibliográfico. In: Congresso Brasileiro de Enfermagem, 61., 2009, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: [s.n.], Dezembro 2009. p. 4606-4609.

SANTOS E. M.; SHIRATORI, K. As necessidades de saúde no mundo do silêncio: um diálogo com os surdos. **Rev Eletrôn Enferm** [periódico online] 2004; 6(1). Disponível em: http://www.fen.ufg.br.

SANTOS, Adriana Prado Santana; GOES, Ricardo Schers de. **Língua brasileira de sinais – LIBRAS**. UNIASSELVI, 2016. 265p.